

ÍNDICE

ÍNDICE	5
NOTA INTRODUTÓRIA À 3ª EDIÇÃO	15
A. Ação Administrativa	17
I. Petições Iniciais	19
1. Petição inicial de reconhecimento de direito	21
2. Petição inicial para adoção ou abstenção de comportamentos em sentido amplo, incluindo operações materiais, e até simples atos jurídicos	28
3. Petição inicial de condenação da administração ao cumprimento de deveres de prestação que decorram diretamente de normas jurídicas administrativas e não envolvam a emissão de um ato administrativo impugnável (e que podem ter por objeto o pagamento de uma quantia, a entrega de uma coisa ou a prestação de um facto)	33
4. Petição inicial de responsabilidade civil de pessoas coletivas	37
5. Petição inicial de responsabilidade civil de pessoas coletivas pela imposição de sacrifícios	46
6. Petição inicial sobre interpretação, validade ou execução de contratos	55
7. Petição inicial de impugnação de ato administrativo	62

8.	Petição inicial de condenação à prática de ato devido quando, tendo sido apresentado requerimento que constitua o órgão competente no dever de decidir, não tenha sido proferida decisão dentro do prazo legalmente estabelecido	69
9.	Petição inicial de condenação à prática de ato devido quando tenha sido recusada a sua prática	75
10.	Petição inicial de condenação à prática de ato devido quando não tenha sido cumprido o dever de emitir um ato administrativo que resultava diretamente da lei	81
11.	Petição inicial de impugnação de norma emanada ao abrigo de disposições de direito administrativo com força obrigatória geral	85
12.	Petição inicial de impugnação de norma emanada ao abrigo de disposições de direito administrativo com efeitos circunscritos ao caso concreto	90
13.	Petição inicial de declaração de ilegalidade da não emanção de uma norma ao abrigo de disposições de direito administrativo e que seja necessária para dar exequibilidade a atos legislativos carentes de regulamentação	95
14.	Petição inicial de enriquecimento sem causa	99
II.	Contestações	107
15.	Contestação com a invocação da exceção de falta de interesse em agir	109
16.	Contestação com a invocação da exceção de ilegitimidade ativa e passiva e inexistência de ato administrativo impugnável	115
17.	Contestação com a invocação da exceção de inimpugnabilidade do ato (do ato confirmativo e da aceitação do ato anulável) e caducidade do direito de ação	122
18.	Contestação com reconvenção	133
III.	Outros Articulados	141
19.	Réplica	143
20.	Tréplica	147

IV. Requerimentos e Incidentes	151
21. Articulado superveniente fundado na junção ao processo de elementos até aí desconhecidos ou aos quais não tenha sido possível o acesso	153
22. Alegações	156
23. Alegações oferecendo o merecimento dos argumentos aduzidos na contestação	161
24. Requerimento de remessa do processo para o Tribunal competente, depois de trânsito em julgado de decisão que determine que o Tribunal competente não pertence à jurisdição administrativa	162
25. Requerimento de apensação de processos por se verificarem os pressupostos de admissibilidade previstos para a coligação e a cumulação de pedidos	164
26. Requerimento de prosseguimento da ação contra ato de revogação do ato impugnado com efeitos retroativos	166
27. Requerimento de alteração da instância do pedido de condenação à prática de ato devido quando a pretensão do interessado seja indeferida pela Administração na pendência do processo	171
28. Requerimento de alteração da instância do pedido de condenação à prática de ato devido quando, na pendência do processo, seja proferido um ato administrativo que não satisfaça integralmente a pretensão do interessado, cumulando o pedido de condenação com o pedido de anulação ou declaração de nulidade ou inexistência desse ato	177
29. Requerimento de reabertura do processo contra novo ato, com a faculdade de oferecer meios de prova	182
30. Requerimento de anulação de efeitos lesivos pelo ato que impôs deveres, encargos, ônus ou sujeições, a aplicação de sanções ou a restrição de direitos ou interesses legalmente protegidos no caso de ter sido proferido o ato com o alcance de sanar os efeitos do ato impugnado	184

B. Processos Urgentes	187
I. Contencioso Eleitoral	189
31. Petição inicial de impugnação de ato administrativo em matéria eleitoral	191
32. Requerimento de suspensão de eficácia de ato eleitoral	194
II. Contencioso Pré-Contratual	199
33. Petição inicial de impugnação de ato administrativo relativo à formação de contrato de empreitada	201
34. Petição inicial de impugnação de ato administrativo relativo à formação de contrato de concessão de obras públicas, com pedido de efeito suspensivo automático	209
35. Petição inicial de impugnação de ato administrativo relativo à formação de contrato de prestação de serviços	219
36. Petição inicial de impugnação de ato administrativo relativo à formação de contrato de fornecimento de bens	225
37. Petição inicial de impugnação dos documentos conformadores	232
38. Requerimento de modificação objetiva da instância no sentido de impugnar o contrato entretanto celebrado no âmbito do procedimento pré-contratual no qual se insere o ato impugnado	240
39. Requerimento de opção pela realização de audiência pública sobre a matéria de facto e de direito	243
40. Requerimento de levantamento do efeito suspensivo automático da impugnação do ato de adjudicação	244
III. Intimações	247
41. Requerimento à autoridade administrativa para que notifique o interessado da data e fundamentos da decisão e passagem de certidão que contenha essas indicações	249
42. Petição inicial de intimação para consulta de documentos e passagem de certidões na sequência do exercício do direito à informação procedimental	251

43. Petição inicial de intimação para consulta de documentos e passagem de certidões na sequência do indeferimento do pedido de acesso aos arquivos e aos registos administrativos	253
44. Resposta da autoridade administrativa à intimação para consulta de documentos e passagem de certidões	257
45. Petição inicial de intimação para proteção de direitos, liberdades e garantias	259
46. Resposta da autoridade administrativa à intimação para proteção de direitos, liberdades e garantias	268
IV. Processos Cautelares	271
1. Requerimentos Iniciais	273
47. Requerimento de suspensão de eficácia de ato administrativo	275
48. Requerimento de admissão provisória em concursos e exames	288
49. Requerimento com pedido de decretamento provisório	298
50. Requerimento relativo a procedimento de formação de contratos	312
51. Requerimento de regulação provisória do pagamento de quantias	320
52. Requerimento de produção antecipada de prova	330
2. Oposições	333
53. Oposição da entidade requerida	335
54. Oposição de contrainteressado	346
3. Requerimentos e Incidentes	353
55. Requerimento da autoridade requerida para que seja declarada a caducidade da providência cautelar	355
56. Petição inicial a solicitar indemnização pelos danos que, com dolo ou negligência grosseira, tenha causado ao requerido e aos contrainteressados	357
57. Requerimento de levantamento de garantia bancária prestada decorrido o prazo para pedido de indemnização	364
58. Requerimento de levantamento do efeito suspensivo	366

59. Resposta ao requerimento de levantamento do efeito suspensivo	368
60. Resolução fundamentada	369
61. Incidente de declaração de ineficácia dos atos de execução indevida	372
62. Resposta ao incidente de declaração de ineficácia dos atos de execução indevida	380
C. Recursos Jurisdicionais	385
63. Recurso de apelação	387
64. Recurso de revista	403
65. Recurso de uniformização de jurisprudência	419
66. Recurso de Revisão	436
D. Ações Executivas	443
I. Da Extensão dos Efeitos da Sentença	445
67. Requerimento dirigido à entidade administrativa para extensão dos efeitos de sentença	447
68. Requerimento dirigido ao Tribunal para extensão dos efeitos da sentença e execução em seu favor	449
II. Execução das Sentenças Condenatórias em Prestação de Factos e de Coisas	451
69. Petição inicial de execução de sentença com pedido de declaração de nulidade dos atos desconformes com a sentença, bem como a anulação daqueles que mantenham, sem fundamento válido, a situação ilegal	453
70. Oposição à execução de sentença condenatória em prestação de factos	456
III. Execução para Pagamento de Quantia Certa	463
71. Petição inicial de execução de sentença para pagamento de quantia certa solicitando o pagamento por dotação orçamental inscrita à ordem do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais	465

72. Requerimento para dar seguimento à execução nos termos do regulado na lei processual civil, quando haja insuficiência de dotação orçamental	468
IV. Execução de Sentenças de Anulação de Atos Administrativos	469
73. Petição inicial de execução de sentença de anulação de ato administrativo	471
74. Requerimento de fixação de indemnização pelos danos sofridos pelos beneficiários dos atos consequentes praticados há mais de um ano que desconheciam sem culpa a precariedade da sua situação	474
75. Requerimento de trabalhador que exerce funções públicas no sentido de lhe ser reconhecido o direito a ser provido em lugar de categoria igual ou equivalente àquela em que deveria ser colocado (no caso de existência de terceiros interessados na manutenção de situações incompatíveis, constituídas em seu favor por ato administrativo praticado há mais de um ano)	478
V. Casos Especiais de Execução	481
76. Petição inicial de execução de atos administrativos inimpugnáveis	483
E. Processos Especiais	487
77. Petição inicial para fixação de justa indemnização por expropriação por plano	489
78. Recurso contencioso de impugnação de decisão administrativa que aplique coima no âmbito de ilícito de mera ordenação social por violação de normas de direito administrativo em matéria de ambiente	498
79. Requerimento inicial de autorização judicial para execução de obras de urbanização	502
80. Petição inicial para intimação à prática de ato devido no âmbito de um procedimento de licenciamento	507
81. Mandado judicial para entrada em domicílio	512

